

A FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESTADO DO AMAZONAS EM TEMPOS DE COVID-19: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

PHYSICAL EDUCATION TEACHER TRAINING IN THE STATE OF AMAZONAS IN COVID-19 TIMES: A DOCUMENTAL ANALYSIS

Lorhena Alves Pereira 1
Everton César de Oliveira da Cruz 2
Iolete Ribeiro da Silva 3
João Luiz da Costa Barros 4

Mestranda em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Especialista em Metodologia do Ensino em Educação Física pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Graduada em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Professora de Educação Física da Rede Estadual de Ensino (SEDUC/AM). Bolsista da Fundação de Apoio e Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (POSGRAD/UFAM/FAPEAM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5867770419861784> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6134-6337>. E-mail: lorhenaalves@live.com

Mestrando em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Especialista em Metodologia do Ensino em Educação Física pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Graduado em Licenciatura Plena em Educação Física pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor de Educação Física da Rede Estadual de Ensino (SEDUC/AM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4225830540952188>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2696-4153> E-mail: evertoncocruz@gmail.com

Doutora e Mestre em Psicologia pela Universidade de Brasília (UNB). Professora Titular da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (FAPSI/UFAM). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Bolsista de produtividade CNPQ 2. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6024598140248335>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9416-6866> E-mail: iolete.silva@gmail.com

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Professor Adjunto da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade Federal do Amazonas (FEFF/UFAM). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129130317451083>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5450-8691> E-mail: jlbarros@ufam.edu.br

Resumo: Este artigo possui como temática a formação docente em Educação Física no Amazonas em tempos de COVID-19, tendo como objetivo descrever e analisar o Plano de Retorno às Atividades Presenciais e as Diretrizes Curriculares Pedagógicas frente aos desafios do contexto atual. Realizou-se um estudo de abordagem qualitativa com ênfase na análise documental, analisando o ciclo de políticas públicas presentes nos documentos. Como resultados, identificou-se um planejamento estratégico bem estruturado, porém com destinação de recursos públicos para o setor privado, com o enfoque da formação docente voltado ao apenas ao cumprimento dos protocolos sanitários, afetando a carga de trabalho e a qualidade de ensino. Conclui-se que o órgão possui as ferramentas para garantir um enfoque qualitativo no contexto formativo e procedimental dos profissionais da educação e que a proposição da abordagem de Educação Física para Saúde Renovada vem como solução provisória para a formação docente em Educação Física para o contexto.

Palavras-chave: Educação. Educação Física. Pandemia. Formação Docente. Covid-19.

Abstract: This article has as its theme the teaching formation in Physical Education in Amazonas in times of COVID-19, having as objective to describe and analyze the Plan of Return to Present Activities and the Pedagogical Curricular Guidelines facing the challenges of the current context. A qualitative approach study was carried out with emphasis on document analysis, analyzing the public policy cycle present in the documents. As results, a well-structured strategic planning was identified, but with the allocation of public resources to the private sector, with the focus on teacher training focused only on the fulfillment of sanitary protocols, affecting the workload and the quality of teaching. It is concluded that the agency has the tools to ensure a qualitative approach in the formative and procedural context of education professionals and that the proposal of the approach of Physical Education for Renewed Health comes as a provisional solution for teacher training in Physical Education for the context.

Keywords: Education; Physical Education; Pandemic; Teacher Training; Covid-19.

Introdução

Nossas relações sociais e a forma de estar no mundo modificaram-se severamente devido ao surto de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), descrito no final de 2019, após casos registrados na China. Em 11 de março 2020, foi declarada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), uma pandemia e foram decretados em vários países ‘estado de emergência na Saúde Pública’. Segundo a OMS (2020) e o Ministério da Saúde do Brasil (2020c), este vírus provoca a doença chamada de COVID-19, causando quadro respiratório agudo e outras infecções assintomáticas, sendo a sua possível transmissão a partir do contato direto ou próximo com uma pessoa doente.

Devido ao desconhecimento sobre tratamentos e aspectos relacionados às características patológicas do novo *coronavírus* e a alta proliferação de contágio que causa mortes em massa ao redor do mundo, a OMS (2020) recomenda diversas medidas de prevenção, dentre elas o distanciamento social, bem como a manutenção de uma distância mínima de 1,5 metros de uma pessoa para outra.

Tais restrições tem impactos significativos em diversos âmbitos da vida do ser humano, como danos afetivos de natureza psicológica, principalmente ansiedade e depressão, e de ordem socioeconômica, causando mudanças no mundo do Trabalho, como a intensa adesão ao home office (trabalho remoto); a explicitação das desigualdades sociais, destacando-se as condições de oferta e acesso ao serviço de Saúde, e as condições de oferta e modalidade de ensino no âmbito da Educação, sendo o ensino remoto e híbrido como soluções provisórias no Brasil para a manutenção das atividades escolares, através da Lei nº 14.040/2020 (BRASIL, 2020a).

Diante desse cenário e a partir de discussões e reflexões feitas na disciplina “Formação do Educador: Tendências, Perspectivas e Novas Abordagens”, da Linha 3 de Pesquisa do Mestrado em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas – PPGE/UFAM, emergiu a questão: qual o enfoque da formação docente dado pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas no âmbito da Educação Física em tempos de COVID-19?

Portanto, o artigo tem como objetivo descrever e analisar o Plano de Retorno às Atividades Presenciais (AMAZONAS, 2020c) e as Diretrizes Curriculares Pedagógicas (DCP’s) frente aos desafios do contexto atual (AMAZONAS, 2020b), sobretudo se as categorias políticas seguem os documentos norteadores estabelecidos, internacionais e nacionais, e discutir o enfoque da formação docente em Educação Física (EF) no retorno às aulas na rede pública de ensino no Estado do Amazonas.

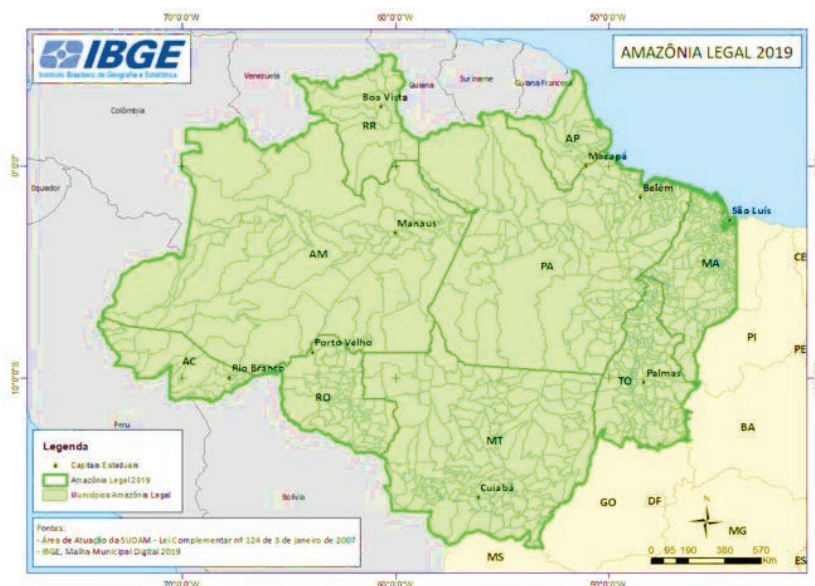
Metodologia

Para tanto, optou-se realizar um estudo de abordagem qualitativa, tendo como ênfase a análise documental, que considera os documentos como fontes que possibilitam compreender fatos e relações históricas e que constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam afirmações e declarações do pesquisador (LUDKĚ E ANDRÉ, 2020), analisando o ciclo de políticas públicas (BOWE, BALL & GOLD, 1992) presentes no Plano de Retorno às Atividades Presenciais (AMAZONAS, 2020c) e das DCP’s (AMAZONAS, 2020b).

Realizou-se também uma pesquisa bibliográfica visitando leis, resoluções, normativas, diretrizes e planos de aula. O artigo está estruturado em quatro partes onde são abordadas: a) as características do Estado do Amazonas e seu sistema de ensino, b) a Educação Física e sua importância para o desenvolvimento do ser humano, realizando-se uma análise prévia do contexto de implementação das políticas públicas; c) DCP’s e d) os resultados e discussões partindo da análise documental.

Características do Estado do Amazonas e sua rede pública de educação

Figura 1. Mapa da Amazônia Legal.



Fonte: IBGE (2019a)

O Amazonas é o maior Estado em área territorial do Brasil com 1.559.167,889 km², faz parte da Amazônia Legal e é composto por 62 municípios, segundo dados do IBGE (2019a). Diante de tal extensão, as principais formas de acesso são por via fluvial, a maioria dos rios amazonenses é navegável durante todo o ano e sendo o meio mais econômico de deslocamento no Estado, e por via aérea, concentrando-se na capital, Manaus, e sendo realizado por aeronaves de pequeno porte para outros municípios, tornando-se dispendioso para grande maioria da população. A construção de estradas cortando a floresta não é viável, visto as longas distâncias e o grande impacto ambiental que seria causado com tal ação.

Devido à dimensão geográfica extensa e a seu baixo índice de densidade demográfica - com 2,23 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2010) -, e a elevada taxa de concentração populacional na capital, a rede estadual de educação pública, através da Secretária de Estado de Educação e Desporto (SEDUC), conta com uma estrutura organizacional que visa atender às especificidades e demandas da rede.

Tabela 1. Estrutura Organizacional – SEDUC/AM

1. Ouvidoria

2. Órgãos Colegiados

a) Conselho Estadual de Educação; b) Conselho Estadual de Educação Indígena; c) Conselho de Alimentação Escolar; d) Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação; e) Comissão Interna de Ética; f) Comissão de Regime Disciplinar do Magistério; g) Comissão de Tomada de Contas Especial

3. Órgãos de Assistência e Assessoramento

- a) Gabinete: 1. Assessoria Jurídica; 2. Assessoria de Comunicação; 3. Assessoria Administrativa;
- b) Secretaria Executiva;
- c) Secretaria Executiva Adjunta da Capital: 1. Coordenadorias Distritais de Educação; 2. Centro Cultural Thiago de Mello;
- d) Secretaria Executiva Adjunta do Interior: 1. Coordenadorias Regionais de Educação
- e) Assessoria Estratégica

4. Órgãos de Atividades-Meio

- a) Secretaria Executiva Adjunta de Gestão: 1. Departamento de Logística (DELOG); 2. Departamento de Administração de Infraestrutura (DEINFRA); 3. Departamento de Gestão Escolar (DEGESC);
- b) Departamento de Planejamento e Gestão Financeira (DPGF);
- c) Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

5. Órgãos de Atividades-Fim

- a) Secretaria Executiva Adjunta Pedagógica
- 1. Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE)
- 2. Centro de Formação de Profissional “Padre José Anchieta” (CEPAN)
- 3. Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM)

Fonte: AMAZONAS (2019)

Ao retomamos à pergunta central deste artigo, que trata sobre formação docente em tempos de distanciamento social, destacamos os órgãos diretamente envolvidos na ação chamada pela SEDUC de “Repriorização Curricular”. O Centro de Mídias de Educação do Amazonas (CEMEAM), criado em 2007, atua no sentido de amenizar as dificuldades de acesso, em regime de colaboração entre Estado e municípios, que atende 3000 comunidades através da transmissão via satélite, transmitindo aulas, reuniões e formação dos profissionais da educação que estão distantes da sede.

No que tange à formação docente, a SEDUC conta com o Centro de Formação de Profissional “Padre José Anchieta” (CEPAN), criado pelo decreto nº 3.633 de 03/11/76, o CEPAN tem a missão voltada para o aprimoramento dos profissionais da área de educação, sustentada em princípios e políticas que se operacionalizam por meio de linhas de ação, de projetos e subprojetos voltados para a formação dos profissionais da educação da SEDUC. Seu objetivo primordial é coordenar o processo de definição, implementação, execução e avaliação das políticas de formação inicial e continuada para profissionais da educação e demais servidores.

O conjunto de definições doutrinárias seguido pela SEDUC constitui-se a partir da Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN’s, 2013), que orientam o sistema de ensino, a organização, a articulação, o desenvolvimento e avaliação, bem como os componentes curriculares que constituem os conhecimentos, saberes e valores produzidos culturalmente da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Dentre esses componentes curriculares está a EF.

O tópico subsequente aborda sobre a EF, sua relação com a saúde e aspectos importantes que estão relacionados à sua prática no ambiente escolar.

A Educação Física e sua importância para o desenvolvimento do ser humano

A relação de proximidade entre EF e Saúde é bem evidenciada ao longo da história e para entender a importância da EF para o desenvolvimento humano é necessário, primeiramente, olhar para a prática de atividades físicas como uma atividade natural realizada desde a pré-história pelo homem, ou seja, enraizada no homem através do tempo em sua cultura e em sua prática cidadã, com intencionalidades específicas para cada período da história vivida. Dito isto, ao tratarmos da contemporaneidade, instituições como OMS e UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fomentam a importância do olhar para a prática de atividades físicas sob um prisma de Promoção de Saúde.

Para a OMS (CARTA, 1986) a saúde é um conceito positivo, que acentua os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. Em consequência, a Promoção da Saúde não é uma responsabilidade exclusiva do setor da saúde, pois exige estilos de vida saudáveis para atingir o bem-estar. Para além da OMS e dentro do contexto educacional, a UNESCO, ao longo de sua história, situa então a EF escolar enquanto disciplina importante para a promoção da qualidade de vida e saúde.

A UNESCO (2015), elabora um documento direcionado aos gestores públicos, enfatizando a sua apreensão com a garantia de uma EF escolar de qualidade. É importante frisar que tal documento situa o contexto de preocupação com a saúde coletiva e sua relação com a disciplina, como segue:

[...] a educação física é o ponto de entrada para a participação em atividades físicas ao longo da vida. Mundialmente, muitas das principais causas de morte estão relacionadas a doenças não comunicáveis (non-communicable diseases - NCD) associadas à inatividade física, como obesidade, doenças cardíacas, derrame, câncer, doenças respiratórias crônicas e diabetes. De fato, entre 6% e 10% de todas as mortes causadas por NCD podem ser atribuídas à inatividade física (UNESCO, 2015, p. 6).

Dentro das entidades mundiais, OMS e UNESCO, já existe uma preocupação sobre a inatividade física e as consequências para a saúde e surgindo a partir de então documentos norteadores para a melhoria das políticas públicas a longo prazo, através do Plano de Ação Global para a Atividade Física 2018-2030 – PAGAF (OMS, 2018), proposto pela OMS para promover uma mudança de paradigma para criar uma sociedade mais ativa, ambientes ativos, pessoas ativas e sistemas ativos. Atrélado à nossa temática, destacamos que dentro do contexto da EF escolar existe uma preocupação em “reforçar a educação física e a promoção da atividade física na escola” assim como “fomentar a capacitação dos profissionais”.

Para fundamentar a importância da prática de atividade física na escola, Wagner Wey Moreira (2015) discute o corpo numa abordagem polissêmica, trazendo à luz teorias que pensam o corpo como uma unidade sensível e aponta a relação do corpo ativo com a saúde, tornando a prática de atividade física consciente, buscando assim viver melhor, consciente das virtudes e dos problemas inerentes ao esporte, mas, buscando a superação para, através dessa - corporeidade, galgar a cidadania.

Ao tratarmos da EF no currículo escolar do Brasil, através da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), concordamos com Oliveira, Streit e Autran (2020), que discorrem sobre três movimentos reflexivos sobre a Educação Física, Saúde e Escola e seus desafios pedagógicos:

1. Mesmo após a publicação das PCNs, a saúde ainda necessita de ser considerada como um tema transversal diante de retrocessos conceituais apresentados na BNCC. Inclusive, que se reconheçam os princípios e diretrizes previstas no SUS como elementos que auxiliem a construção conceitual e operacional das ações de saúde na escola.
2. Com o entendimento de que as AFEs (Atividades Física e Esportivas) são vetores do desenvolvimento humano, a EF escolar tem uma função precípua para o desenvolvimento dessas a partir da integralidade dos sujeitos, nos territórios em políticas que, inclusive, vão além da escola.
3. Desde a instituição do PSE (Programa Saúde na Escola), o tema da saúde tem alcançado contornos intersetoriais, pelo menos, no que tange às normativas do programa. Apesar de tais avanços, que podem contribuir para a saúde dos escolares, é necessário operacionalizar práticas de promoção da saúde e do próprio PSE – ainda reduzidas a aspectos preventivistas, individualizantes e centrados na clínica. Também, é imprescindível que tal

programa não seja apenas uma ação exógena na escola e na EF escolar, sendo apropriado pelos agentes escolares, da saúde, comunidade e escolares. (OLIVEIRA; STREIT e AUTRAN, 2020, p 12).

Tais reflexões corroboram com as novas diretrizes sobre atividade física e comportamento sedentário lançadas pela OMS no dia 26 de novembro de 2020. Existindo uma preocupação com o contexto pandêmico da Covid-19 e sua relação com o aumento do comportamento sedentário. Sendo assim a OMS passa a recomendar uma média de 60 minutos diários de atividades física moderada a vigorosa para crianças e adolescentes de 5 anos até os 17 anos, ou seja, dentro do período escolar. Vale ressaltar que as novas recomendações se refletem também para outros grupos como: adultos, idosos e portadores de doenças crônicas (OPAS, 2020).

Resultados e Discussões

O planejamento estratégico frente aos desafios do contexto atual

Neste tópico faremos uma análise documental do Plano de Retorno às Atividades Presenciais (AMAZONAS, 2020c) e das DCP's (AMAZONAS, 2020b) do Estado do Amazonas e o tratamento das informações terá como método a análise do ciclo de políticas, proposta por Bowe, Ball e Gold (1992), onde um ciclo contínuo é constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática.

Sobre o contexto de influência, que segundo Mainardes (2006) é onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos, abordaremos sobre a identificação do problema e a formação da agenda. Aqui o enfoque de análise será no Plano de Retorno às Atividades Presenciais (AMAZONAS, 2020c), que subsidia a formulação das DCP's (AMAZONAS, 2020b).

Decretado o estado de emergência em saúde pública devido à Pandemia do COVID-19, o governo do Estado do Amazonas suspende atividades essenciais via Decreto nº 42.061 de 16 de março de 2020 (AMAZONAS, 2020a), dentre elas as atividades escolares, aqui verificamos a identificação do problema: como dar continuidade às atividades escolares no ano letivo de 2020 no contexto da pandemia?

A SEDUC inicia o processo de formação da agenda, verificando recursos financeiros disponíveis, a legislação que fundamenta as suas ações, no âmbito da gestão pedagógica e protocolos sanitários e de segurança, fundamentando-se na Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação como direito de todos e dever do Estado; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9394/96 (BRASIL, 1996), quanto à forma diversa da organização da educação básica e na portaria nº 544/2020 (BRASIL, 2020b) do Governo Federal, sobre a substituição das aulas presenciais por meios digitais.

Aqui abordaremos o contexto da produção do texto que tratará sobre os atores dos processos, os que formularam as alternativas, redigiram o documento e os responsáveis pela tomada de decisão.

Quanto aos atores do processo, a participação da sociedade civil e dos profissionais da educação na construção do Plano de Retorno de Atividades Presenciais nas escolas estaduais do Amazonas se deu em forma de pesquisa realizada via Google Forms, com respostas fechadas de múltipla escolha, tendo 80 mil respondentes, dentre eles pais, responsáveis, gestores, pedagogos, merendeiros e auxiliares administrativos. Os estudantes não foram consultados na referida pesquisa. Na consulta foram enfatizados os seguintes itens: forma de retorno, sendo aqui definido a proposta de ensino híbrido em dois grupos; os protocolos de saúde; a saúde na comunidade escolar e a avaliação das metodologias de ensino à distância, no caso, o projeto Aula em Casa que foi transmitido pelo Youtube e rede de tv aberta.

No que tange à formação, a SEDUC realizou consultas por categoria: professores e pedagogos, realizando consulta sobre acolhimento, planejamento, gestão e protocolos de saúde; gestores, com enfoque na avaliação e gestão; e administrativos, sobre protocolos de saúde e

acolhimento.

Os atores responsáveis pela formulação das alternativas e tomada de decisão, no que tange ao Plano de Retorno, correspondem ao Secretário de Educação (em exercício) representando o poder executivo, os Secretários Executivos da capital e do interior, os Secretários Executivos pedagógico e de gestão e a Coordenadora do Programa de Aceleração do Desenvolvimento Educacional do Amazonas (PADEAM).

Quanto à formulação das DCP's (AMAZONAS, 2020b), a responsabilidade coube à Secretária Executiva Adjunta Pedagógica e ao Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE), tendo a participação de especialistas distribuídos por áreas de conhecimento, Línguas, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, colaboradores e Equipe Técnico-Pedagógica.

Ao chegarmos no contexto da prática, traremos o processo de implementação da política pública, suas intenções e ações e formas de avaliação presentes no documento analisado.

A estrutura das DCP's (AMAZONAS, 2020b) apresenta-se assim,

1 FINALIDADE; 2 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E CURRICULARES; 3 ORGANIZADORES CURRICULARES; 5 RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS DO FORMATO DE ENSINO HÍBRIDO; 6 ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO POR PROJETOS; 7 ATENDIMENTO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO 7.1 Educação Física no novo contexto; 7.2 Educação Escolar Indígena; 7.3 Educação de Jovens e Adultos; 7.4 Ensino Presencial com Mediação Tecnológica; 7.5 Educação em Tempo Integral; 8 MONITORAMENTO (AMAZONAS, 2020b, p.1).

O objetivo da Repriorização Curricular, ação que norteia o documento, tem o enfoque no retorno às aulas presenciais e segue a lógica da aprendizagem, por isso definiu-se as expectativas de aprendizagem consideradas essenciais para o estudante.

I. Definir os objetos de conhecimento e as expectativas de aprendizagem, a partir das Propostas Curriculares vigentes da rede Estadual de Ensino.

II. Orientar as equipes das Coordenadorias Distritais/Regionais de Educação, Gestores, Pedagogos e Professores quanto à adoção de estratégias de ensino para o atendimento às modalidades e o atendimento da Diversidade no retorno às atividades presenciais.

III. Indicar as ferramentas de planejamento e monitoramento do currículo. (AMAZONAS, 2020b, p.4).

Os Organizadores Curriculares foram formulados pela SEDUC tendo como bases os próprios documentos da Secretária, no caso as Propostas Curriculares Pedagógicas de 2009 e 2011. Chamamos a atenção para o fato de que o Referencial Curricular Amazonense – RCA (AMAZONAS, 2020f) já está em vigência para o Ensino Infantil e Fundamental e não foi utilizado como referência para a elaboração dos documentos.

Figura 2. Organizadores Curriculares - DCP's

Eixos de Aprendizagem/ Unidades Temáticas	Conteúdos/Objetos do conhecimento	Habilidades/ Objetivos de Aprendizagem	Sugestões Metodológicas	Expectativas de Aprendizagem	Habilidades do SADEAM priorizadas	Número de Aulas	Períodos de Aula	Número de aulas para aprendizagem remota	Unidades do Projeto Aula em Casa
Conforme as propostas curriculares vigentes.	Conteúdos essenciais e predecessores (Tópicos e/ou sub-tópicos).	Conforme as Propostas Curriculares vigentes	Sugestões de procedimentos metodológicos, considerando o ensino híbrido, a necessidade de distanciamento e protocolos de higiene.	O que se espera que o aluno conheça, compreenda ou realize ao final do período.	Sinalizar que o objeto/habilidade também faz parte da matriz de referência do SADEAM.	Total de aulas do componente curricular por semanas. (presenciais e a distância conforme diretrizes da Res. nº 57/2020 do CEE/AM).	Organizado em semanas e dois períodos, com as cinco primeiras semanas para acolhimento e revisão.	Sugestão de número de aulas para aprendizagem à distância/remota, considerando o rodízio de alunos nas aulas presenciais.	Aulas que serão transmitidas no projeto Aula em casa.

Fonte: AMAZONAS (2020b, p.6)

Como destaque, temos o enfoque nas “Habilidades do SADEAM priorizadas”, ou seja, as avaliações externas dentro das ações voltadas para um período de crise. Da mesma forma, a organização das semanas posteriores visa atender a esses objetivos de preparação para avaliações e cumprimento rígido do cronograma, onde o processo de escuta dos estudantes só tem lugar na 1ª semana.

Destaca-se que as primeiras 5 (cinco) semanas do retorno às aulas presenciais serão destinadas às atividades descritas a seguir:

- 1ª Semana – Semana de acolhimento aos estudantes, nas quais se deve priorizar o processo de escuta aos mesmos;
- 2ª Semana – Aplicação da Avaliação Diagnóstica (AVAM) e revisão dos conteúdos trabalhados no decurso do 1º Bimestre, conforme Diretrizes específicas;
- 3ª Semana – Verificação da Aprendizagem referente ao 1º Bimestre;
- 4ª Semana – Revisão dos objetos de conhecimento referentes ao 2º Bimestre;
- 5ª Semana – Verificação da Aprendizagem referente ao 2º Bimestre (AMAZONAS, 2020b, p.7).

O ensino híbrido, modalidade de ensino presencial e à distância, mediado por tecnologia, aparece como recomendação estratégica e metodologia ativa, que causa impacto tanto na ação do professor quanto na aprendizagem do estudante. No documento, a SEDUC define que

Para a utilização do Ensino Híbrido há a necessidade de um planejamento cuidado do professor, considerando a gestão de sala de aula, em conformidade com o seu plano pedagógico, observando as individualidades dos estudantes, que passarão a serem protagonistas de suas aprendizagens, no momento em que estiverem em espaços escolares formais e não formais. (AMAZONAS, 2020b, p.8).

E destaca ainda que

[...] possibilita aos professores utilizarem diversas metodologias, como: sala de aula invertida, rotação de laboratórios, rotação por estações e rotação individual. Mas, é fundamental o entendimento que esse processo envolve uma mudança de postura de todos os atores escolares envolvidos: professores e estudantes. (AMAZONAS, 2020b, p. 8).

A organização do currículo por projeto citada no documento tem como base autores como Fernando Hernandez, John Dewey e Rodrigues. Evidencia-se então que o docente não deve ater-se apenas a ser transmissor de conteúdo, sendo assim, deverá ser um pesquisador

da sua prática e tornando o estudante integrante do processo. Nesse contexto o documento afirma:

[...] como uma das opções para garantir a aprendizagem, a organização do currículo por projetos, tendo como ponto de partida as expectativas de aprendizagem e os objetos de conhecimento destacados como essenciais no currículo repriorizado ao contexto de pandemia, pois não se pode perder de vista o que se quer alcançar em cada etapa escolar. (AMAZONAS, 2020b, p.8).

Desta forma, o documento, através de um quadro comparativo, enfatiza as diferenças entre os modelos educacionais:

Figura 3. Quadro Comparativo da educação tradicional versus educação inovadora.

Estratégia Educacional Inovadora	Estratégia Educacional Tradicional
Avaliação formativa contínua	Avaliação somativa fora de contexto
Centrada em estudantes ativos e com objetivos	Centrada nos docentes e estudantes passivos
Uso de recursos tradicionais múltiplos e relevantes	Uso de exposições repetitivas
Considera qualidades pessoais e estilos. Promove destreza educacional	Não há espaço para o indivíduo. Entrega passiva de informação
Autoaprendizagem. Autoanalítica, criativa. Uso de alternativas	Programas estabelecidos. Usa oportunidades existentes. Não aceita programas alternativos
Crítica, baseada em problemas relevantes, promove raciocínio	Não crítica, baseada no uso da memória
Integra conceitos transferíveis, destrezas, qualidades	Sequencial, desintegrada e impositiva
Organizada em grupos, favorece os trabalhos de equipes	Impessoal e individualista

Fonte: AMAZONAS (2020b p. 9) adaptado de RODRIGUES (2015).

No item que trata sobre o atendimento da rede estadual de ensino, é enfatizada a busca por estratégias pedagógicas que garantam o direito de aprendizagem dos estudantes nas diversas modalidades de ensino oferecidas pela SEDUC. Aqui temos o destaque para a Educação Física escolar no documento, 'Educação Física no novo contexto', sendo atribuídas aos professores do componente diversas orientações, como monitoramento de possíveis caso de COVID-19, domínio sobre protocolos sanitários e de saúde, demarcação e adaptação do espaço, controle de higienização de materiais e recomendações pedagógicas no que tange às adaptações das aulas e conteúdo.

Sobre o último item que trata do monitoramento da avaliação do currículo, foram definidas competências para categoria, Coordenadorias, Gestores e Pedagogos e Professores, as quais damos destaque.

Compete aos Professores

(i) Elaborar e entregar os Planos mensais à equipe pedagógica da instituição.

(ii) Responder aos questionários de monitoramento enviados às instituições de ensino.

(iii) Cumprir o Currículo Repriorizado, considerando o nível e o ritmo de aprendizagem de cada estudante.

(iv) Propor atividades no modelo híbrido, compreendendo atividades presenciais e não presenciais.

(v) Zelar pela aprendizagem dos estudantes (AMAZONAS, 2020b, p. 23).

Neste sentido, apresentamos as políticas públicas que permeiam o retorno das aulas híbridas, de acordo com as diretrizes apresentadas pelos órgãos governamentais da esfera estadual. A análise documental nos dá subsídios e fundamenta diversas inquietações que serão discutidas no próximo tópico.

Dos embates aos avanços, proposições e retrocessos

Por meio das análises estabelecidas, é possível apreender que a Educação Física tem apresentado avanços no contexto das políticas públicas educacionais no Estado do Amazonas. A sua legitimidade e ressignificação dentro do espaço escolar tem um longo caminho a percorrer, sobretudo no âmbito da formação. A inserção de um tópico específico dentro das DCP's (AMAZONAS, 2020b) voltadas ao contexto da Pandemia denota que a ação dos agentes, mesmo em um campo repleto de lutas e disputas, tem garantido conquistas que fortalecem a sua identidade.

No que concerne à estrutura da política emergencial em tempos de pandemia, avanços também podem ser visualizados. Um deles é estabelecer a estrutura de uma política pública nos contextos necessários ao planejamento educacional, que segundo Santos (2017) consistem em três: a pedagógica, a administrativa e a estratégica. Mas é possível evidenciar a priorização do campo prático em detrimento ao campo processual, com raras fundamentações teóricas, sendo as poucas existentes advindas de contextos de instituições privadas, correndo o risco de o planejamento ser visto apenas como uma fórmula experimentada, sem levar em consideração a realidade social e o contexto amazônico.

É necessário enfatizar que no âmbito da Repriorização Curricular para o retorno das atividades presenciais do Ensino Fundamental não se fez o uso da atual proposta curricular, o RCA (AMAZONAS, 2020f), que entrou vigência em 2020. A descontinuidade das políticas educacionais é um traço persistente na história das políticas públicas brasileiras (DOURADO, 2007), gerando implicações sobre a formação docente e sua prática pedagógica, como apontam Gentil e Costa (2011).

As proposições visualizadas são inerentes ao uso de metodologias ativas, no entanto é notório a utilização de recursos públicos destinados à iniciativa privada. No que tange o aspecto de formações de gestores e professores diante do retorno as aulas no contexto atual, a SEDUC possui o CEPAN, destinado para formação. No entanto, as formações destinadas para os atores se vincularam ao setor privado através da plataforma digital Saber mais, responsável pela curadoria e produção de conteúdos digitais.

O CEPAN, de acordo com o Plano de Retorno de Atividades, aponta como monitoramento de avaliação as ferramentas de inteligência de negócios, sendo este um termo utilizado dentro do ramo empresarial com o intuito de atender os interesses do mercado. Desta forma enfatizamos que

O papel do Estado para com as políticas sociais é alterado, pois, com esse diagnóstico, as prescrições são racionalizar recursos e esvaziar o poder das instituições, já que instituições públicas são permeáveis às pressões e às demandas da população e improdutivas, pela lógica mercadológica. Nessa perspectiva, a responsabilidade pela execução e pela direção das políticas

sociais deve ser repassada para a sociedade. (PERONI; LIMA, 2020, p.4)

Nos contratos emergenciais para monitoramento do COVID-19 no Portal da Transparência do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2020d; 2020e) consta a “Contratação de pessoa física ou jurídica especializada na prestação de serviços de consultoria para ELABORAÇÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA RETORNO DE AULAS PRESENCIAIS PÓS PANDEMIA conforme Projeto básico” (AMAZONAS, 2020e), segundo dados coletados no Portal da Transparência do Estado, o investimento foi de R\$ 394.729,39 em uma empresa privada de fora do Estado.

Ao abordarmos o Plano de Retorno às atividades presenciais (AMAZONAS, 2020c), há evidência no foco da formação docente para atender às exigências da operacionalização do ensino híbrido proposto pela SEDUC, mas nas DCP’s a formação docente não é vista como parte da estrutura estratégica, mesmo que a construção do plano destine um cronograma de atividades baseado nas consultas com os docentes.

Figura 4. Cronograma de Formação

FORMAÇÃO DE APOIO À DOCÊNCIA	
CURSO	PERÍODO
O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E A RESSIGNIFICAÇÃO DO FAZER PEDAGÓGICO	JULHO
A TECNOLOGIA DIGITAL NA PRÁTICA EDUCATIVA	AGOSTO
JANELAS FORMATIVAS: A FORMAÇÃO EM SERVIÇO NAS HORAS DE TRABALHOS PEDAGÓGICOS [HTP]	AGOSTO
ENSINO HÍBRIDO: REORGANIZANDO TEMPOS E ESPAÇOS DA SALA DE AULA	AGOSTO
TECNOLOGIA MÃO NA MASSA TUTORIAIS PRÁTICOS	AGOSTO
EDUCAÇÃO INTERCULTURAL: METODOLOGIAS PARTICIPANTES NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E DO CAMPO	SETEMBRO

Fonte: AMAZONAS (2020c, p. 60)

Mesmo com os avanços para área da Educação Física, a partir da representatividade técnica na elaboração das DCP’s, “ressaltando a importância de resguardar as singularidades” (AMAZONAS, 2020b), é possível visualizar que a formação desses profissionais em tempos de pandemia foi pontual, com enfoque raso na necessidade de ressignificação do componente curricular no retorno às atividades presenciais, visto que houve apenas um momento dedicado à essa forma antes do retorno, como pode ser visualizado no cronograma acima.

Saviani (2009) aponta que os riscos da generalização da formação e a não compreensão dela como fenômeno concreto remonta às tendências tradicionais, que tem enfoque nos conteúdos culturais-cognitivos e a dissociação com os processos didáticos-pedagógicos que permeiam a prática docente. Essa generalização é verificada quando as singularidades são evidenciadas nas DCP’s (AMAZONAS, 2020b), porém verifica-se que outras orientações de atuação profissional são vinculadas apenas ao professor de Educação Física, como o acúmulo de funções e sobrecarga recorrentes ao contexto atual da Pandemia. Abaixo destacamos algumas das orientações:

- a) Antes de iniciar as atividades práticas, o professor deve fazer uma anamnese com os estudantes, a fim de identificar algumas informações, tais como: histórico de viagens, contato recente com alguém exposto ao vírus,

apresentação de sintomas, dentre outras situações. b) Se o professor de Educação Física notar ou tomar conhecimento de casos suspeitos, deve-se notificar à equipe pedagógica da instituição, que por sua vez adotará os protocolos definidos por esta Secretaria de Educação. c) Cumprir e estimular o cumprimento das recomendações/protocolos de prevenção ao Covid-19 dos órgãos públicos competentes, e observar as atualizações dessas recomendações. [...] e) Promover a demarcação dos espaços físicos a serem utilizados pelos alunos nas aulas práticas, como forma de aprimoramento do distanciamento social adequado. [...] i) Na impossibilidade de disponibilização de um tapete sanitizante na entrada do local da aula de Educação Física, se possível adaptar, colocando um pano encharcado com água sanitária. (AMAZONAS, 2020b, p 13).

Sem uma formação específica para realização de tal função, fugindo do foco do desenvolvimento da prática pedagógica, tais atribuições vão contra à proposta de ensino inovador e ressignificação do componente em tempos de pandemia, proposta nos documentos elaborados pela SEDUC.

É importante frisar que ao comparar o Plano de Retorno das Atividades ao que foi desenvolvido nas DCP's, não há menção às singularidades inerentes à Educação Física. A exemplo do item referente aos recursos e infraestrutura, que tem relação com a prática pedagógica, tem como foco: máscaras, EPI's, totens de álcool em gel e revitalizações (banheiros e lavatórios) e comunicação. Porém quando abordado nas DCP's existe orientação para o professor "evitar o revezamento de materiais e/ou equipamentos esportivos" (AMAZONAS, 2020b, p.13) e sugere através de recomendações pedagógicas "adaptar as aulas de acordo com as possibilidades de cada escola, no que se refere a materiais, espaços e orientações da secretaria e órgãos de saúde;" (AMAZONAS, 2020b, p.13).

A política de formação docente não faz parte do plano estratégico do Governo do Estado para garantia do acesso à educação de qualidade em tempos de crise? Enfatizamos aqui o termo PÓS-PANDEMIA, colocando em destaque a falta de conhecimento dos gestores acerca da gravidade do problema; pois a gestão da educação no Amazonas é feita por tecnocratas, preocupados com processos sistematizados e não com as multidimensões da formação humana, como apontam Peroni e Lima (2020) sobre o que compõe os objetivos do neoliberalismo.

A qualidade do ensino e o êxito da aprendizagem estão relacionados à qualificação dos profissionais da Educação, Pesquisas realizadas no Brasil e em outros países têm comprovado que o professor é decisivo para o sucesso de aprendizagem dos alunos; apesar desse consenso, as condições de trabalho dos profissionais do magistério permanecem precárias (BRASIL, 2007).

Mesmo com o avanço dentro da elaboração das estratégias e documentos que subsidiaram a ação pedagógica, dando enfoque ao contexto da Pandemia, a não qualificação adequada desses profissionais acarreta ampliar e perpetuar as desigualdades já existente no âmbito educacional.

Gatti et al. (2018), abordam em sua obra que no contexto brasileiro algumas especificidades devem ser levadas em consideração ao pensar a formação docente numa perspectiva mais cuidadosamente elaborada. Seguem alguns pontos: a dimensão geográfica do país; comunicação e implementação de políticas que garantem a equidade do ensino; a pluralidade cultural e o respeito aos saberes locais de cada região; as desigualdades sociais que ainda assolam nosso país e atingem diretamente a estruturação dos recursos financeiros e das políticas educacionais voltadas à população pobre, que é a que mais sofre quando planos de contingenciamento são elaborados e colocados em ação, como ocorre no contexto atual da Pandemia.

Ao buscarmos na literatura, com a intenção de relacionar a importância da qualidade da formação com os aspectos do desenvolvimento humano, destacamos o estudo de Demenech et al (2020) que apresenta como resultado de uma pesquisa com dados secundários, disponibi-

lizados por Unidade Federativa (UF), e correlacionando com o Índice de Gini¹, que as taxas de incidência e mortalidade por COVID-19 no Brasil foram crescentes em todas as UF brasileiras, tendo sido mais acentuada entre aquelas com maior desigualdade econômica.

No Amazonas, o Índice de Gini é (0,568), identificado como o quarto mais alto na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – (PNAD, 2019), realizada pelo IBGE, ou seja, indica maior desigualdade da população e, até o momento da escrita desse texto, com taxa de mortalidade por COVID-19 de 114,1/100 mil habitantes, sendo a quinta maior do Brasil, avaliando os dados disponibilizados pelas Secretarias Estaduais de Saúde (BRASIL, 2020).

As desigualdades sociais no âmbito da Educação escolar também são evidenciadas no PNAD (IBGE, 2019b), apesar de termos aumentado a taxa de alfabetização e escolarização, ainda estamos distantes de alcançar as metas definidas no Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 – no que concerne à taxa de escolarização e frequências de crianças e jovens em idade escolar, desde a creche até o ensino médio.

O imediatismo (característica da lógica de mercado) no retorno às atividades presenciais na rede pública de educação do Estado do Amazonas não utiliza esses dados como referencial para o seu planejamento estratégico, mesmo que seja focado no processo de aprendizagem do estudante. Também destacamos a descontinuidade da implantação da BNCC (BRASIL, 2017) no Amazonas. Neste sentido, concordamos com Marques e Fraguas (2020, p. 6).

Porém, apesar dessa possível viabilidade, várias questões precisam ser consideradas para que essa alternativa seja efetiva para todos os estudantes, visto que questões sociais, econômicas e culturais são muito diversas, tornando um desafio enorme para o estado, especialmente considerando que muitos estudantes não possuem acesso aos recursos tecnológicos a ser utilizados nesse contexto de isolamento social.

Mesmo com ações bem estruturadas, a falta de um planejamento estratégico prévio e de acompanhamento, com foco na formação docente para o retorno às aulas presenciais no Amazonas, não corrobora com o que está disposto nos documentos, visto que são estes profissionais que estão na linha de frente no desenvolvimento das atividades e como afirma Donald Schon “existem situações conflitantes, desafiantes, que a aplicação de técnicas convencionais, simplesmente não resolve problemas” (SCHON, 1997, p. 21).

Quanto à formação docente de Educação Física e a ressignificação do ensino em tempos de Pandemia, constatamos uma situação ainda mais preocupante, mesmo com a ênfase dada nas DCP’s “destacamos a importância do componente para manutenção da saúde e qualidade de vida dos estudantes, haja vista que, a prática de exercícios físicos regularmente é uma forte aliada do sistema imunológico” (AMAZONAS, 2020b, p.11).

Não foi possível visualizar como as intenções passariam ao campo das ações, visto que são apresentadas recomendações em torno apenas do cumprimento dos protocolos de saúde, não focando na prática pedagógica apoiada nas práticas corporais e esportivas como meio para manutenção de saúde e contextualização da realidade sócio-histórica em que o estudante está inserido.

Deste modo, os impactos gerados pela Pandemia do COVID-19 repercutem de maneira agravante na vida das pessoas em todo o mundo, principalmente nos aspectos que envolvem as relações interpessoais e nos nossos sistemas de crenças e valores. Ao relacionar com a Educação, vemos um cenário nebuloso se formar: contextos de necropolítica (MBEMBE, 2016), utilização de recursos públicos no setor privado no campo da formação docente, valorização do senso comum em detrimento à pesquisa científica e foco nas avaliações externas, dando ênfase apenas memorização de conteúdos pelos estudantes.

¹ Um dos principais indicadores de medida da desigualdade de renda, o índice de Gini varia de zero a um. Quanto mais próximo de zero, melhor é a distribuição de renda de um país e quanto mais perto de um, mais desigual é a economia. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27596-nordeste-e-unica-regiao-com-aumento-na-concentracao-de-renda-em-2019>.

Considerações Finais

O artigo tratou da descrição e análise dos documentos que embasam o retorno das atividades presenciais na rede de educação pública do Estado do Amazonas. Foi possível constatar que o Plano de Retorno às atividades e as DCP's não atendem à EF de maneira singular, no que diz respeito à formação docente e à aquisição de materiais didáticos e estruturais inerentes à prática pedagógica do componente. Portanto o enfoque governamental para a formação docente em EF para o cumprimento das orientações dispostas nos documentos trata-se apenas de execução, ressaltando, ainda, a sobrecarga de trabalho e a perda na qualidade de ensino ocorridas no período.

A rede de educação básica do Amazonas ao planejar e executar o retorno às aulas atende aos interesses da gestão pública com racionalização do uso de recursos e foco no direcionamento dos recursos ao poder privado, com a manutenção de contratos de serviços e a necessidade de justificar a continuidade do pagamento salarial dos profissionais de educação, visto que não atende a garantia dos estudantes às aprendizagens essenciais e às suas expectativas, bem como secundariza o professor, não fortalecendo as ações voltadas à sua formação mediante ao contexto atual.

Finalizando o artigo e abrindo oportunidades para novas discussões e pesquisas sobre a temática, a proposição da abordagem de Educação Física para Saúde Renovada, tendo como base os relacionamentos humanos, a atividade física e a busca pelo bem estar, delimitada por Guedes e Guedes (1996) e Nahas (1997) vem como solução provisória, visto que o ensino remoto e híbrido no Brasil está assegurado por lei até o final de 2021 e que as estratégias de formação docente na EF deveriam ter tal enfoque devido aos desafios do contexto atual, buscando assim aliar as atividades remotas com o ensino presencial pós-pandemia, contribuindo para uma educação emancipatória sobre o conhecimento do próprio corpo e dando subsídios para manutenção da saúde e qualidade de vida do estudante para além do contexto escolar.

Referências

AMAZONAS. **Secretária de Estado de Educação**. A Secretária. 2019. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br/institucional/a-secretaria/>>. Acesso em: 19 de nov. de 2020.

_____. Decreto nº 42.061, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo pelo novo coronavírus (SARS-COV-2). **GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 16 de março de 2020. 2020a. Disponível em: <http://www.fvs.am.gov.br/media/doctos/DECRETO_42.061_CORONAVIRUS_4.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. Secretária de Estado de Educação e Desporto. **Diretrizes Curriculares e Pedagógicas**: Frente aos desafios do contexto atual. Manaus: AM. 2020b. Disponível em: <http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/Diretrizes-Pedagogicas_Reabertura_07-08-20.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. Secretária de Estado de Educação e Desporto. **Plano de retorno às atividades presenciais**. Manaus: AM. 2020c. Disponível em: <<http://www.educacao.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Plano-de-retorno-as-atividades-WEB-Manaus.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2020.

_____. Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas. **Portal da Transparência, compras e contratos governamentais**: UG 028101 (SEDUC), Contrato nº 37/2020 - INNOVATE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL EIRELI, Processo E-compras 028101.008869/2020, 2020d. <<http://sistemas.sefaz.am.gov.br/transparencia-ccgov/home.do?method=c>>. Acesso em: 09 de dez. de 2020.

_____. **Transparência Pública.** Planejamento Estratégico volta aulas pós-covid-19, 2020e. <<http://www.transparencia.am.gov.br/covid-19/despesas-empenhos-e-pagamentos/despesas/>>. Acesso em: 09 de dez. de 2020.

_____. Secretária de Estado de Educação do Amazonas. **Referencial Curricular Amazonense.** 666p. Manaus: 2020f. Disponível em: <<https://www.sabermais.am.gov.br/pagina/jornada-pedagogica-2020-referencial-curricular>>. Acesso em: 09 dez. 2020.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology.** London: Routledge, 1992.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Secretária de Estado de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Educação do campo:** diferenças mudando paradigmas. Cadernos SECAD 2, Brasília, DF: INEP/MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacao-campo.pdf>>. Acesso em: 19 de nov. 2020.

_____. Lei n. 14.040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 18 ago. 2020a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14040.htm>. Acesso em: 04 nov. de 2020.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. **Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025,Art.>. Acesso em: 04 nov. de 2020.

_____. LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. **Ministério da Educação.** Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base. Brasília: SEB, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. Ministério da Educação. PORTARIA Nº 544, DE 16 DE JUNHO DE 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, DF, 17 jun. 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872?fbclid=IwAR3xTw-0LF-TqYl_sEpOdShr__9VZDuej9z42ng3S_Vh54tUesHZcNTuKgcU>. Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. **Ministério da Saúde.** Coronavírus: o que você precisa saber e como prevenir o contágio. 2020c. Disponível em: <<https://saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. **Secretarias Estaduais de Saúde**. 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

CARTA de Ottawa. In: **CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE PROMOÇÃO DA SAÚDE**, 1, 1986, Ottawa. Washington: OMS, 1986. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

DEMENECH, L. M. et al. Desigualdade econômica e risco de infecção e morte por COVID-19 no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online]. v. 23, e200095, 2020. Disponibilidade em: <<https://doi.org/10.1590/1980-549720200095>>. ISSN 1980-5497. Acesso em: 19 nov. 2020.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 921-946, Out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2020.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. A. de; ALMEIDA, P. C. A. de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. 351 p. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/professores_do_brasil_novos_cenarios_de_formacao/>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **Controle do peso corporal: composição corporal atividade física e nutrição**. Londrina: Midiograf, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Áreas Territoriais de Estados e Municípios Brasileiros**. 2019a. Disponível em: <<https://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa222992>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: PNAD: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010: Amazonas**. 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=13>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

GENTIL, H. S.; COSTA, M. de O. Continuidades e descontinuidades nas políticas de formação de professores e suas implicações na prática pedagógica docente. **R. Educ. Públ.** Cuiabá, v. 20, n. 43, p. 267-287, maio/ago, 2011. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/download/306/274>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

LUDKÉ, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. – 2. Ed. – [reimpressão] – Rio de Janeiro: E.P.U., 2020.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v.27, n.94, p.47-69, Apr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2020.

MARQUES, R.; FRAGUAS, T. A resignificação da educação: virtualização de emergência no contexto de pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v6 n. 11-148, 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/19557/15671>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. Arte & Ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dezembro, 2016. Disponível em: <<https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>>. Acesso: 19 dez. 2020.

MOREIRA, W. W. **Século XXI: a era do corpo ativo**. Campinas: Papirus, 2006, p. 137-150.

NAHAS, M. V. **Educação Física no Ensino Médio**: educação para um estilo de vida ativo no terceiro milênio. Anais do IV Seminário de Educação Física Escolar / Escola de Educação Física e Esportes, p.17-20, 1997.

OLIVEIRA, V. J. M. de; STREIT, I. A.; AUTRAN, R. G. TRÊS MOVIMENTOS REFLEXIVOS SOBRE EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE E ESCOLA: DESAFIOS PEDAGÓGICOS. **Revista Humanidades e Inovação** v.7, n.10 – 2020. Disponível em: <<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2351>>. Acesso em: 19 dez. 2020.

OMS - Organização Mundial da Saúde. **Director-General's opening remarks at the média briefing on COVID-19** - WHO. World Health Organization. 11 March 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em: 06 nov. 2020.

_____. **Plano de ação global para atividade física 2018-2030**: mais pessoas ativas para um mundo mais saudável - WHO. World Health Organization. [Internet]. 2018. Disponível em: <<https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/272721/WHO-NMH-PND-18.5-por.pdf>>. Acesso em: 19 de nov. de 2020.

OPAS – Organização Pan-americana da Saúde. **OMS lança novas diretrizes sobre atividade física e comportamento sedentário**. Genebra, 26 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/26-11-2020-oms-lanca-novas-diretrizes-sobre-atividade-fisica-e-comportamento-sedentario>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

PERONI, V.M.V.; LIMA, P.V. **Políticas conservadoras e gerencialismo**. Revista Práxis Educativa, v.15 (2020). Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2015344, p. 1-20, 2020 Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

RODRIGUES, F. de S. **Aprendizagem baseada em projetos**: a educação diferenciada para o Século XXI. Porto Alegre: Penso. 2015.

SANTOS, P. S. M. B. dos. **As dimensões do planejamento educacional**: o que os educadores precisam saber. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000100012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19 dez. 2020.

SCHON, D. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2015). **Diretrizes em educação física de qualidade (EFQ) para gestores de políticas**. Brasília: UNESCO. Disponível em: <http://unescoittralee.com/wp-content/uploads/2017/11/QPE-for-policy-makers-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2020.